

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REDUÇÃO JESUÍTICA SÃO MIGUEL ARCANJO E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES (RS-BR)

Erick M. Maciel

Universidade Federal de Santa Catarina/Universidade de Aveiro – Doutorado em Arquitetura e Urbanismo

Fernanda Rodrigues

Universidade de Aveiro

Diretora da investigação: Margarita Baretto

Colaboradores: Humberto Varum e Aníbal Costa

erickmaciel@ua.pt

RESUMO

As Missões Jesuíticas possuem relevante papel no processo de ocupação e de urbanização da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil (BR). Busca-se verificar as consequências da produção do espaço na Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo (século XXII e XVIII) no processo de urbanização da atual cidade de São Miguel das Missões (RS-BR). A investigação consiste na análise de material bibliográfico e documental sobre o plano urbano de São Miguel Arcanjo e da concepção da organização urbana de São Miguel das Missões, bem como em entrevistas realizadas com agentes públicos. Como conclusão, evidenciou-se que o modelo de produção do espaço estimulou a segregação espacial dos índios guaranis, a concentração de renda nos grandes produtores rurais, o aumento da desigualdade social e o plano urbano da Redução influenciou a forma da cidade de São Miguel das Missões.

Palavras-chave: Missões Guarani; Arquitetura e Urbanismo; Planejamento Urbano; Produção do Espaço Urbano.

ABSTRACT

The Jesuit Missions have a relevant role in the occupation and urbanization process of the northwestern region of the State of Rio Grande do Sul (RS), Brazil (BR). It seeks to verify the consequences of the production of space in the Jesuit Reduction of São Miguel Arcanjo (XXII and XVIII century) in the process of urbanization of the present city of São Miguel (RS-BR). The investigation consists of the analysis of bibliographical and documentary material about the urban plan of São Miguel Arcanjo and of the conception of the urban organization of São Miguel, as well as in interviews with public agents. As a conclusion, it was evidenced that the space production model stimulated the spatial segregation of the Guarani Indians, the concentration of income in the large rural producers, the increase of social inequality and Reduccion urban plan influenced the shape of the city of São Miguel das Missões.

Keywords: Guarani Missions; Architecture and Urbanism; Urban planning; Production of Urban Space.

1 INTRODUÇÃO

As reduções de índios guaranis, conhecidas como missões, doutrinas ou, simplesmente, reduções, foram o elemento de controle administrativo básico dos vice-reinados espanhóis no período da colonização das Américas. Eram aldeamentos, concebidos pelos jesuítas, onde as populações de nativos se estabeleciam com um propósito evangelizador, a priori, os quais pretendiam evitar a escravidão e a consequente venda de índios. Entretanto, para a Coroa Espanhola, as Reduções tinham um papel mais estratégico, pois, além de catequizarem os índios, visavam manter a posse do território e impedir a incursão de invasores portugueses nos seus domínios.

No início, os povoados eram fundados separadamente das cidades espanholas, mas o processo crescente de miscigenação e o assentamento de novos colonos endossados pelas autoridades espanholas, fizeram as reduções serem declaradas cidades ou vilas espanholas num curto período de tempo, tendo sido construídas e organizadas de acordo com o modelo castelhano. As ruas foram colocadas perpendicularmente umas às outras e, no centro, estava a Praça das Armas, onde as autoridades locais e religiosas estavam localizadas.

A partir destas características, a instalação das Reduções Jesuíticas influenciou o processo de ocupação e de urbanização da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil (BR), comumente conhecida como Região das Missões, integradas por 26 cidades, algumas incluindo os remanescentes dos Sete Povos das Missões. Entre os Sete Povos, destacou-se a Redução de São Miguel Arcanjo pela sua notoriedade e organização, a qual se considerou para caso de estudo desta pesquisa. A figura 1 apresenta a localização do sítio histórico da Redução de São Miguel, na cidade de São Miguel das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (RS-BR).

A proposta deste trabalho é investigar, por uma perspectiva urbanística, as consequências da produção do espaço na Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo – patrimônio cultural da humanidade – no processo de urbanização da cidade de São Miguel das Missões (RS-BR), para se averiguar se o modelo de produção do espaço missionário, a partir da Redução Jesuítica, estimulou ou não a segregação espacial dos índios Guaranis, a concentração de rendimentos nos grandes produtores rurais, o aumento da desigualdade social e se o plano urbano da Redução influenciou a forma urbana da cidade de São Miguel das Missões.

A Redução de São Miguel deixou fortes marcas da sua influência, até hoje. Este artigo enfatiza, principalmente, o papel do povo Guarani e dos jesuítas na organização do espaço missionário, os tempos áureos da redução, a sua derrocada e abandono, o repovoamento da região e a evolução de São Miguel até à atualidade. Cabe ressaltar que o trabalho proposto é parte integrante de investigação em curso que visa o desenvolvimento de um plano de gestão do património cultural para a cidade de São Miguel das Missões.

O estudo está focado no levantamento e na análise de material bibliográfico e documental, como mapas do Século XVII e XVIII, dos planos urbanos das Reduções, além de dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), livros, artigos, dissertações e teses sobre o processo da organização urbana tanto da Redução de São Miguel, quanto da cidade de São Miguel das Missões, bem como em entrevistas realizadas com agentes públicos, durante pesquisa de campo realizada *in loco*.

No entorno das ruínas da Redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo está a cidade de São Miguel das Missões localizada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O remanescente das ruínas foi reconhecido como património nacional em 1938, e em 1983 foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) como património cultural da humanidade. A partir de 1989, com sua emancipação, o município procurou desenvolver o seu território através do turismo cultural, não só pela arquitetura barroca da igreja da Redução, mas, também pelo título de património cultural da humanidade, que se tornou a marca da cidade.



Figura 1: Localização da área de estudo – São Miguel.

Fonte: Elaboração própria a partir de outras imagens de mapas e foto disponível no site da Prefeitura de São Miguel das Missões, 2017.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REDUÇÃO DE SÃO MIGUEL

Os índios Guaranis, antes da chegada dos “conquistadores”, mantinham uma vida harmoniosa com a natureza e extraíam o necessário para a sua sobrevivência e qualidade de vida. Eles caçavam, pescavam e plantavam, esta última atividade, exercida ainda com técnicas rudimentares, mostrando, no entanto, que a agricultura já estava presente no seu dia a dia. O comando das aldeias era do Cacique, representante de prestígio e o mais respeitado na tribo, sendo, entretanto, a sua gestão coletiva, juntamente com os mais velhos e os chefes de família.

Os indígenas americanos sempre despertaram o interesse de espanhóis e portugueses, tanto que os espanhóis criaram leis específicas para protegê-los, após diversas atrocidades cometidas nas conquistas de cidades maias, astecas e incas, pois “os conquistadores [...] sempre tiveram consciência da formidável força que representava o índio (*denominação dada aos nativos do novo mundo pelos conquistadores europeus, sendo um termo genérico*) [...] elemento servil e útil a seus interesses” (Naud, 1964:136; grifo nosso). Com isso, surge a Companhia de Jesus, a qual inicia o processo de catequização dos chamados gentios do Novo Mundo. Completa ainda Naud:

“A fim de se evitar os excessos causados aos índios, a legislação espanhola para as Colônias, estimulou a criação de núcleos indígenas atendidos por cristãos, onde os índios tiveram tratamento humano, multiplicando-se, desta forma, as reduções” (Naud, 1964:138).

Houve diversas experiências de agrupar indígenas para sua evangelização, mas foi a partir dos resultados da Redução de Juli, administrada pelo Pe. Diego Torres Bollo, entre 1581 e 1585, juntamente com os Caciques, a qual se tornou referência no processo de estruturação reducional (Custódio, s/d; Furlong, 1962; Armani, 1996), é que os padres jesuítas iniciaram a grande “Nação Guarani” em terras espanholas e mantiveram a tradição Guarani em relação às lavouras e introduziram a pecuária. Os jesuítas sempre

procuraram conquistar os Guaranis a partir de suas próprias tradições, o que originou uma cultura peculiar nas reduções, que por esta razão passaram a ser denominadas jesuítico-guaranis.

As Reduções, Doutrinas ou Missões, como ficaram mais conhecidas no Brasil, não tinham apenas um caráter evangelizador por parte dos jesuítas; elas eram também úteis à defesa e soberania do território onde estavam inseridas, isto é, em terras espanholas. Assim, a fim de garantir a defesa e a posse dos territórios conquistados a Coroa de Espanha autorizou a implantação das Reduções em locais predefinidos pelos jesuítas espanhóis, os quais fundaram as primeiras povoações nas terras de Guairá, atual Paraná – Brasil, na então formada Província Jesuítica do Paraguai, no início do século XVII.

A partir de 1610 foram fundadas diversas Reduções em Guairá, juntamente com a primeira São Miguel. Com a migração, ocasionada pelas incursões dos Bandeirantes, como eram chamados os expedicionários brasileiros no tempo colonial e cujas expedições (bandeiras) eram sempre armadas, para a região do Tape, nas margens do Rio Uruguai, os jesuítas fundaram São Nicolau em 1626 e a segunda São Miguel em 1632, as primeiras que se estabeleceram nesta região, à margem direita do Rio Ibicuí. Porém os avanços dos Bandeirantes continuaram e obrigaram os jesuítas a transportarem o povo de São Miguel para a outra margem do Rio Uruguai, onde permaneceram por um longo período. Somente em 1687 os jesuítas voltaram para seu local original e construíram o maior destaque dos Sete Povos das Missões, a Redução de São Miguel (Furlong, 1962; Naud, 1964). A figura 2 apresenta as ações dos Bandeirantes na região das Reduções neste período.

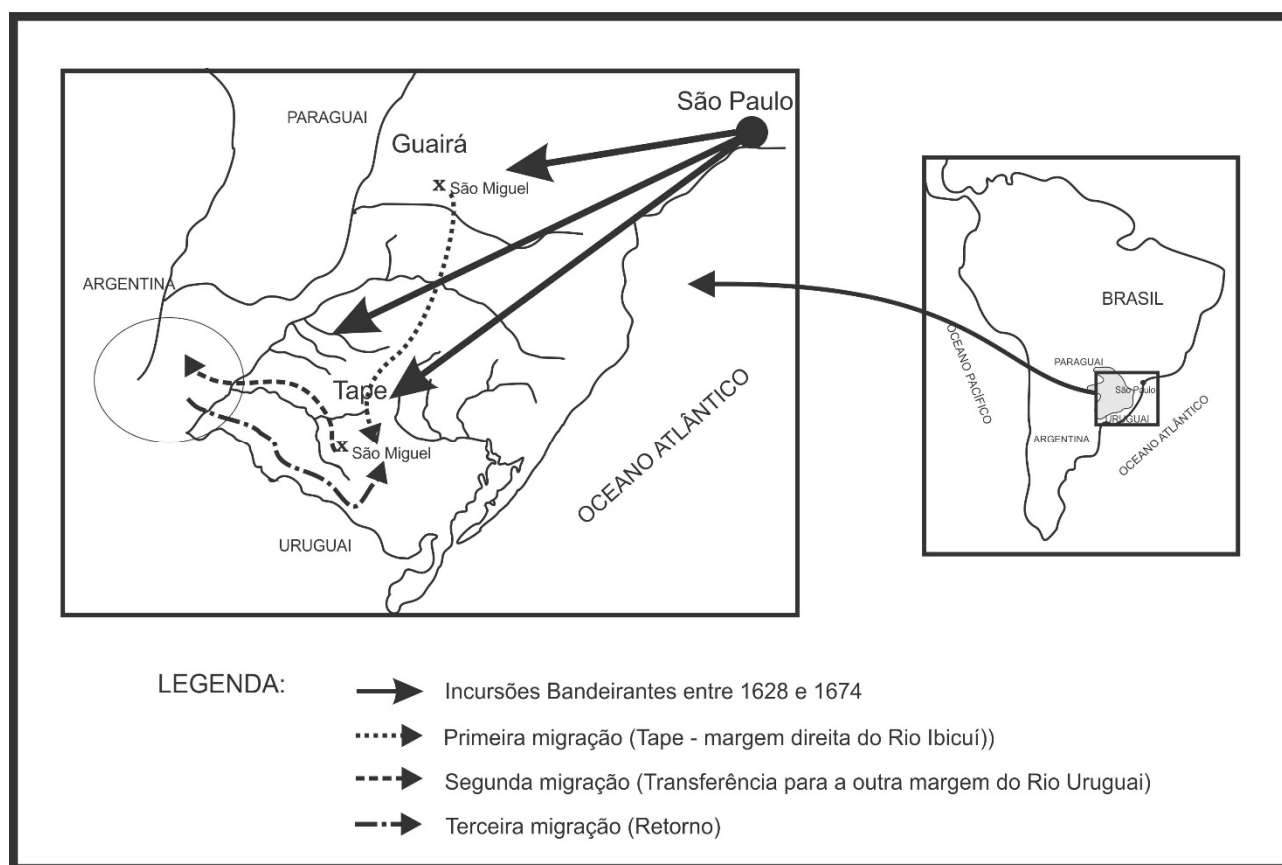


Figura 2: Ações dos Bandeirantes contra as Reduções Jesuíticas no Séc. XVII.

Fonte: Elaboração própria a partir de mapas do Séc. XVII e outras imagens disponíveis, 2018.

As Reduções, que procuravam, em princípio, evitar a escravidão e a venda de índios, foram “*una creación originalísima*” (FURLONG, 1962:186), mesclada das experiências adquiridas com as primeiras reduções, em especial as dos Padres franciscanos que os jesuítas conheceram, e dos planos urbanos conforme as Leis das Índias, que eram aprovados pela Coroa Espanhola. Basicamente, as povoações cresciam em quarteirões

regulares, conforme a arquitetura e o urbanismo típico dos povoados espanhóis. Evitando-se, assim, ocupações desordenadas como eram as cidades medievais, como apresentado por Rolnik:

“O desenho e as ruas e praças de um burgo – cidade medieval – não obedecia a qualquer traçado pré-estabelecido. Não havia, portanto, uma prévia demarcação de lotes ou desenho de uma rua. Sendo comunal, a terra urbana era simplesmente ocupada pelos moradores, à medida que ali iam se instalando” (Rolnik, 1995:32).

Contrariamente à cidade medieval, toda Redução possuía um plano urbano, no qual se destacava a praça como área central e a igreja, a edificação mais importante do povoado. Junto à igreja estavam a residência dos Padres e o colégio, as oficinas e os armazéns ou depósitos, o cemitério, o cotiguaçu, local onde ficavam os órfãos e as viúvas, e a quinta. Nesta última, o local das hortas, pomares e jardins, onde os padres testavam novas técnicas de plantio e novas espécies vegetais. A casa dos caciques e o Cabildo ficavam na envolvente da praça, cujas construções a delimitavam. Os seus elementos urbanos estão apresentados na figura 3.

No plano urbano das Reduções, “o desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo” (Rolnik, 1995:17), ou seja, indica o envolvimento de todos os atores, padres e Guaranis, na construção da Redução, na qual os seus elementos urbanos absorvem os elementos humanos daqueles que a constroem, enfatizando a cultura, a tradição e os hábitos e costumes de seus habitantes, como foram. Tudo mostra a experiência jesuítica em relação ao processo de construção destes aldeamentos sob sua responsabilidade e a contribuição dos Guaranis com suas tradições, as quais deram início ao maior de todos os empreendimentos na América do séc. XVII.

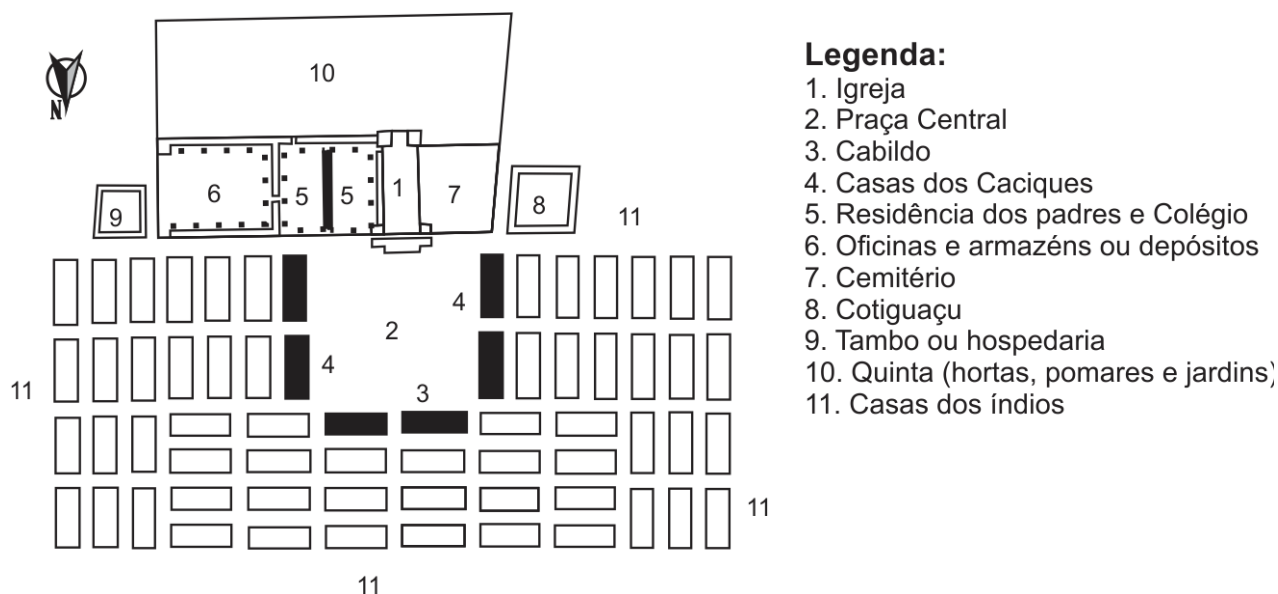


Figura 3: Plano urbano da Redução de São Miguel com destaque para as casas dos Caciques, Cabildo e elementos urbanos.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Furlong (1962) e Custódio (2010).

Embora apresentassem pequenas variações decorrentes de adaptações no espaço onde eram instaladas, os planos urbanos das Reduções Jesuíticas eram praticamente idênticos (Figura 4), tanto que Lugon confirma:

“A disposição interior das Reduções correspondia a um plano quase uniforme, estabelecido, em suas linhas gerais, desde o princípio. Cada construção inseria-se no plano geral. “Quem conhece uma das cidades conhecia todas, pois todas se parecem exatamente, na medida em que a natureza dos locais o permite”. Esta frase de A Utopia aplica-se perfeitamente às reduções guaranis” (Lugon, 1977:71).

Estes planos se difundiram por toda a Província Jesuítica do Paraguai e deram oportunidade ao surgimento de verdadeiras cidades guaranis, porque “a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Ela nasce

com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem-natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território” (Rolnik, 1995:8), ou seja, “a implantação da Missão implica no domínio de determinado território” (Kern, 2007:4), o que a transforma em “local permanente de trabalho e moradia” (Rolnik, 1995:13) dos índios missioneiros, os quais garantiam o domínio sobre o espaço com a apropriação material do território.

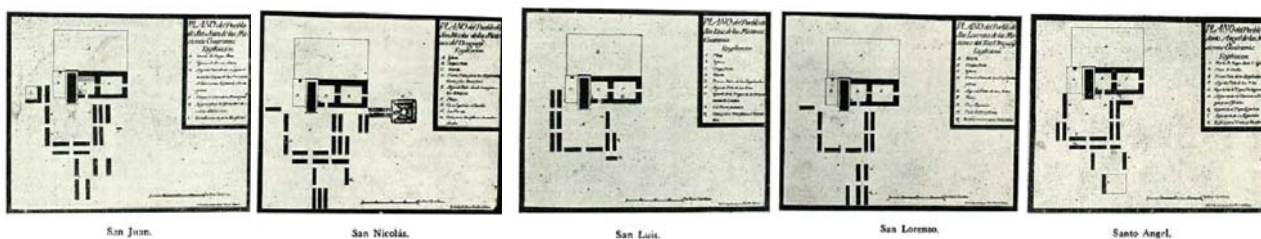


Figura 4: Planos urbanos de Reduções Jesuíticas integrantes dos Sete Povos das Missões.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Furlong (1962).

Embora tenham sido feitos para uso militar, percebe-se, na figura 4, que os planos urbanos das várias reduções são praticamente idênticos (Furlong, 1962). Embora ilustrativos, observa-se um certo padrão no posicionamento das habitações, facto confirmado por Kern, que diz:

“Com certeza, a visão de regularidade e de simetria do conjunto do povoado nos faz lembrar uma ordem perfeita e definitiva. As ruas se estendem em linhas retas e paralelas, entrecortando-se em ângulos retos. A igreja ocupa o lugar central da praça e sua fachada compõe um cenário extraordinário que se completa com as portas e arcadas em face ao claustro e pelas oficinas artesanais, por um lado, e pelo cemitério e o cotiguaçu, por outro. No centro do povoado, a “*plaza mayor*”, orgulho das cidades do renascimento na Espanha, está cercada de casas (“ocas”) dos guaranis, isoladas umas das outras [...]” (Kern, 2007:22).

Mesmos que os planos urbanos das reduções jesuíticas tenham aperfeiçoamentos de experiências anteriores na América Espanhola, são baseados num planejamento urbano racional elaborado no renascimento e sugeridos pelas Leis das Índias, que buscavam expressar o presente e prever o futuro (Rolnik, 1995; Kern, 2007), pois os jesuítas expandiam a Redução de acordo com o aumento da população e as diretrizes desses planos, os quais também se apoiavam no modelo barroco, conforme, completa Rolnik:

“O **elemento essencial** dos planos barrocos é a **circulação**: ruas retas, alinhamento das casas, desobstrução dos nós que não permitem a passagem. Vinculado a este, outro elemento importante é a **visibilidade do poder** – daí a construção do **grande eixo monumental**, bordado por edifícios públicos ou a eles convergindo” (Rolnik, 1995:60; grifo nosso).

Ao contrário das cidades medievais, que na sua maioria possuíam muralhas para a segurança da população, nas Reduções Jesuíticas não existiam (Kern, 2007), o que possibilitava uma maior interação com o ambiente natural onde elas eram implantadas, embora o acesso fosse controlado e supervisionado pelos próprios índios. Por isso, percebe-se o elemento circulação nitidamente na concepção dos planos urbanos das reduções jesuíticas, onde a forma em grelha, ou em “tabuleiro de xadrez”, da área urbana possibilita uma boa circulação, comunicação e orientação, além de todas as vias convergirem para a praça central do povoado.

A igreja em destaque é a visibilidade do poder maior na Redução, principal elemento urbano do aldeamento e para onde tudo convergia e a partir da qual se traçava o grande eixo monumental, circundado pelas principais construções, as casas dos Caciques e o Cabildo, este último, na entrada do povoado, juntamente com a igreja definia o eixo principal da Redução. Tudo geometricamente alinhado (Figura 3), e conforme Kern:

“Todo o conjunto se ordena em torno da praça central, a “*plaza mayor*” espanhola, e ao longo de um eixo que se prolonga da entrada do povoado, atravessando a praça e acompanhando a linha de maior extensão da igreja.

O conjunto se ordena simbolicamente, pois o eixo separa o povoado em duas partes” (Kern, 2007:5).

Isto é, a igreja nas Reduções Jesuíticas era o esteio do poder local, bem utilizado pelos jesuítas na administração das reduções, os quais promoveram o desenvolvimento social, económico, político, religioso e cultural nos povoamentos guaranis. Transformaram-se em exímios administradores, cuja fama repercutiu em além-mar, nas cortes europeias, fato que os levou a um futuro incerto.

No ambiente urbano construído, as casas das famílias eram coletivas, reportando-se às ocas – moradias coletivas tradicionais dos guaranis – e no entorno da redução estavam os tambos ou hospedarias para estadia dos visitantes, os quais também evitavam o contato direto dos estrangeiros com os índios. No caso de São Miguel, o tambo¹ estava junto ao primeiro conjunto, o conjunto da igreja, como na figura 3. Percebe-se com sua localização a intenção de se manter afastados os estranhos do povoado, na tentativa de manter a integridade dos índios da Redução.

Os padres jesuítas, para atenderem às necessidades da população em relação à produção de alimentos e matérias-primas para manufatura e outras atividades urbanas e sociais, instalaram nas proximidades das reduções diversos elementos rurais (Figura 5) a uma mesma distância da sede missioneira, como afirma Kern:

“As reduções postulavam uma planificação que tem sempre [...] uma constelação de estabelecimentos satélites (fazendas de gado, ervais, hortas e campos de atividades agrícolas, fornos cerâmicos, currais, etc.), que envolvem, como uma coroa, o povoado missioneiro. Este é uma sede central que dirige o contexto, diversidade em diversas unidades de produção. Estas estão localizadas em uma unidade geográfica concentrada e equidistante a não mais do que um dia de marcha do povoado” (Kern, 2007:5)

As estâncias de gado, instaladas pelos jesuítas, forneciam o couro e a carne, entre outras matérias-primas, que atendiam às necessidades internas da Redução e o seu excedente era comercializado e ou exportado para aquisição de materiais e ou utensílios não produzidos no povoado e cumprir com as obrigações tributárias impostas pela Coroa Espanhola, findo o período de isenção. O mesmo ocorria com os ervais, dos quais se extraíam a erva-mate para atender às tradições guaranis e a um mercado externo em expansão não só na América, como também na Europa, cujo produto adquiria bom preço em Assunção e em Buenos Aires.

A economia estava suportada na agricultura e na pecuária, esta última introduzida pelos padres. Sobre a agricultura, em cada redução havia uma separação de áreas para plantio, uma para exploração individual ou familiar e outra coletiva ou social. A primeira era denominada Abambaé – “a terra do homem” – que garantia o sustento das famílias, onde cada índio cultivava para si e para os seus. A outra era o Tupambaé – “a terra de Deus” – cujo campo era cultivado por turnos, por todos os índios, sendo a produção para a comunidade, isto é, para aqueles que não trabalhavam no campo, como os padres, integrantes do Cabildo, artistas, ferreiros, construtores, tecelões, músicos, entre outros. Além disso, parte da produção, ou o seu excedente, era trocada por mercadorias não fabricadas nas Reduções (Furlong, 1962). Sobre isso, afirma Furlong:

“Por lo que toca a la agricultura recuerda Popescu que se practicaban dos tipos de explotación social, una, menos usual, por contratación de obreros índios a quienes se les pagaba el sueldo de la caja comuna; y otra más frecuente, por concurso colectivo de todos los indios excepto los tejedores, herreros y

¹ Tambo era uma estalagem construída nas proximidades das Reduções, utilizadas para abrigo e ou centro de armazenagem de alimentos, como no caso dos Incas. É provável que o termo tenha sido disseminado pelos espanhóis durante suas conquistas na América. Segundo autores pesquisados, como Furlong, Custódio, Kern, Lugon, Baptista e outros, e os próprios planos urbanos das Reduções, tambo era entendido como hospedaria, estalagem, local de abrigo para os viajantes, visitantes e emissários do Governo. Entretanto, o termo pode causar confusão na atualidade, pois pode também ser entendido como local de ordenha de vacas ou de venda de produtos derivados do leite, que não é o caso neste estudo. Tambo neste trabalho, como na Arquitetura, é entendido como uma estalagem, hospedaria, alojamento, abrigo.

demás oficiales mecánicos, que no iban a las faenas de comunidad en todo el año” (Furlong, 1962:402).

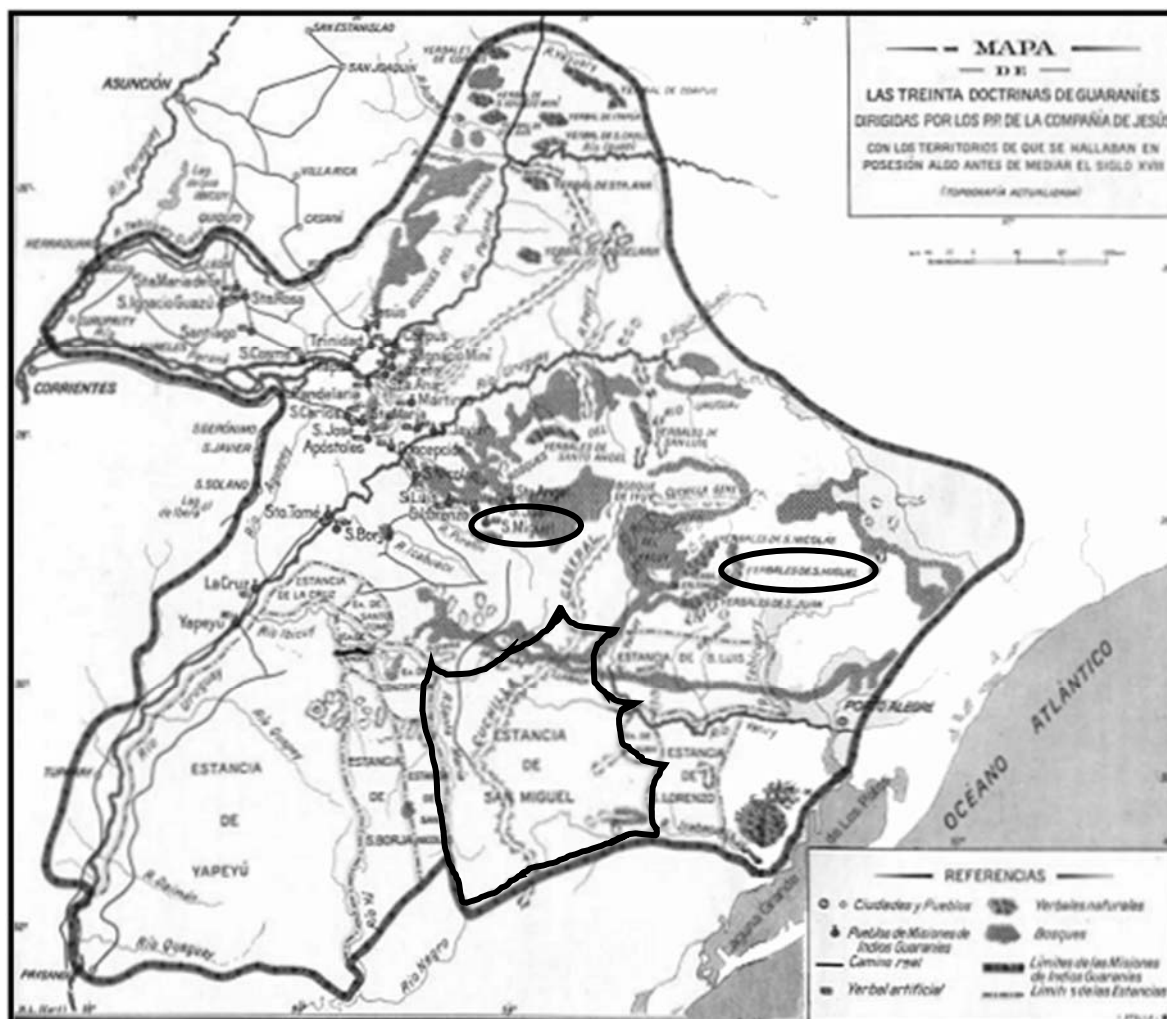


Figura 5: Mapa dos elementos rurais das reduções da Província Jesuítica do Paraguai. Destaque para a Redução de São Miguel, sua estância e seus ervais.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Furlong (1962).

Nas estâncias cultivava-se, além da erva-mate, trigo, milho, algodão, mandioca e diversos tipos de frutas (Figura 5). A pecuária fornecia carne, couro, leite e os seus derivados. Percebe-se a partir de estudos realizados por Furlong, Naud, Kern, Custódio, Miranda Neto e Gutierrez, que a redução procurava por um lado a autossustentabilidade a partir de um sistema cooperativista, o qual regia os trabalhos internamente no povoado, e por outro mais comercial, que permitia o contato com o mundo exterior para satisfação das necessidades locais. “Em mais de século e meio, os missionários organizaram um sistema social cooperativo, mediante diferentes formas de trabalho comunitário, socializando a produção e o consumo” (Miranda Neto, 2012:23).

Outro aspecto relevante na produção do espaço é o início das grandes extensões de terras para produção, os latifúndios, pois conforme a população ia aumentando, a produção de alimentos acompanhava este aumento, impondo a produção de diversas variedades em maior quantidade que a original, no momento de implantação da redução. Os loteamentos eram destinados às culturas alimentares e visavam sempre atender à subsistência do aldeamento. Diz Miranda Neto:

“O trabalho em comum era executado com prazer e alegria. Já a produção nos lotes era negligenciada, sem os cuidados tomados nos terrenos coletivos. As grandes plantações – tabaco, cana-de-açúcar, mate, anil, algodão – exigiam extensões de terra contínuas. Portanto, o sistema de lotes não as

afetou, pois a maioria dos agricultores continuou produzindo” (Miranda Neto, 2012:35).

Todos participavam do processo de produção em geral e partilhavam de seus resultados, sem, no entanto, se preocuparem com o acúmulo de lucro, até porque, os índios nem sabiam o que era isso. Neste sentido, os jesuítas dignaram-se a ensinar-lhes o uso correto de sua liberdade e a valorizar os bens de consumo produzidos, mas não como se processava o comércio à época. Pode ser por esta razão, uma ignorância induzida promovida por certo isolamento, que os índios não sabiam negociar e eram explorados e ludibriados por colonos europeus, apresentando um “*infantilismo en las transacciones comerciales*” (Furlong, 1962:397), facto que se refletiu no futuro dos guaranis. Tanto que os jesuítas buscavam ocultar o sucesso das reduções, em São Miguel não era diferente, para não despertar os interesses gananciosos dos colonos europeus.

Todavia, através do ensino de jesuítas com formações sólidas como o Pe. Antônio Sepp, o Pe. José Brazanelli e o Pe. João Batista Primolli, este último responsável pela construção da igreja de São Miguel Arcanjo, é que os índios adquiriram habilidades extraordinárias nas áreas de música, escultura, fundição, botânica e arquitetura (Figura 6). Embora nas Reduções a “igualdade de oportunidades, de acesso e de tratamento” (Miranda Neto, 2012:72) eram estimuladas pelos jesuítas, nem todos tiveram este privilégio, o que se refletiu em grande parte da população destes povoados com a ruptura do sistema reducional.



Figura 6: Obras de arte feitas por índios guaranis nas reduções jesuíticas.

Fonte: Furlong (1962).

Após a consolidação do projeto das Reduções pelos jesuítas, estas “*llegaron a constituir una fuerza social, económica, cultural, hasta militar*” (Furlong, 1962:184), transformando o início do século XVIII na sua fase áurea. Tamanho foi o desenvolvimento, que surgiam outras Reduções decorrentes de migrações de outras já populosas, esta era uma estratégia dos jesuítas para se manter a sustentabilidade dos povoados.

As Reduções Jesuíticas tornaram-se no maior sistema cooperativo articulado de aldeamentos da época, que permitiu a construção de uma rede com diversos nós de apoio, ou seja, os Trinta Povos das Missões, pelos quais todos os povos se auxiliavam no atendimento das suas necessidades urbanas, o que caracterizou uma organização social e uma estrutura urbana diferenciada da existente até então.

Enquanto as Reduções cresciam e se desenvolviam em terras ainda sem limites definidos, os portugueses iam ocupando mais terras meridionais do Brasil. Para tentar conter este avanço lusitano, em 1750 foi assinado o Tratado de Madri ou Tratado de Limites, que determinou novos limites nas áreas do estuário do Rio da Prata, local onde desaguam os Rios Uruguai e Paraná, os dois principais rios que delimitavam os territórios das Reduções. Com o Tratado de Limites, grande parte dessa área passou para Portugal, alterando a configuração original.

As Reduções Jesuíticas criaram um novo tipo de cultura urbana, na qual a cooperação, a comunicação e a espiritualidade se tornaram a coluna central de todo o sistema, para o qual a participação e o envolvimento dos índios foram determinantes. Embora o modelo tenha sido eficiente, houve aspetos que ocasionaram um certo grau de segregação, pois, como já referido, nem todos os índios tiveram acesso ao conhecimento disponível nem à administração da cidade, já que “os povos eram governados por autoridades civis recrutadas entre os índios de mais merecimento e prestígio” (Naud, 1964:140) e Mumford completa:

“Assim, enquanto a nova forma urbana ajuntava ou unia, em cooperação e integração, um grupo de pessoas maior que jamais tinha existido em qualquer outro lugar, dividia-o também em correntes nitidamente separadas, cada qual profundamente colorida com suas tintas ocupacionais” (Mumford, 2004:120).

Além da segregação interna nas Missões, ainda havia a segregação externa, pela qual se evitava o contato dos índios com os estrangeiros, como afirma Miranda Neto (2012:91), “o modelo de segregação relativa dos jesuítas protegia os índios das doenças dos espanhóis e da sua moral e, sobretudo, da escravidão imposta pelos luso-brasileiros (bandeirantes)”, mas também ocasionou certa ingenuidade dos índios em relação ao trato com espanhóis e portugueses.

Apesar de tudo, os índios missionários preocupavam-se com o bem-estar da coletividade, da comunidade, e tal comportamento minimizou os impactos da segregação interna, a qual se iria refletir no momento da ruptura do sistema missionário, que se inicia com o Tratado de Limites. A preocupação com o bem-estar social, tanto pelos jesuítas, quanto pelos índios, seja dos administradores ou dos integrantes da população, fez com que crescessem as reduções e consequentemente a população, por um determinado período. Diz Furlong:

“La primera mitad del siglo XVIII fue de extraordinaria prosperidad y grandeza para las reducciones Guaraníticas, y su mayor esplendor coincide con la firma del Tratado de Límites, a mediados de esa centuria, pero ese acto improcedente, de parte de los políticos españoles, fue el comienzo de la decadencia misionera” (Furlong, 1962:629)

O sucesso das Reduções foi tamanho que a fama causou descontentamentos entre nobres e políticos das Cortes espanhola e portuguesa. Mesmo o Rei de Espanha reconhecendo o modelo de administração missionária em meados do século XVIII, não conseguiu evitar os rumores contra os jesuítas, principalmente após a Guerra Guaranítica, ocasionada a partir do descontentamento dos indígenas com o Tratado de Limites.

O descontentamento com o Tratado de Limites não foi somente dos índios missionários, foi também dos portugueses da Colônia de Sacramento, os quais pressionaram Portugal e Espanha e promoveram a anulação do respectivo Tratado. Este facto possibilitou que os guaranis regressassem às suas povoações de origem e voltassem a ocupar as terras dos Sete Povos das Missões. No entanto já não existia mais o mesmo entusiasmo anterior e as mesmas condições, já que encontraram as reduções devastadas. Diz Furlong:

“[...] el Rey ha expedido sus órdenes [...] para que declarando por nulo y cancelado el Tratado de Límites de América entre las Coronas de 1750, cesen en las operaciones de su ejecución, por el contrario repongas las cosas en el ser y estado que tenían antes del referido año de 1750. [...] el 2 de marzo de 1761, la anulación del Tratado [...]” (Furlong, 1962:674).

Durante as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis na região das missões, todas as Reduções foram saqueadas e destruídas por longo período e os índios tratados como “marionetes” de espanhóis e portugueses. A ganância portuguesa era tão voraz, que terminaram em pouco tempo com o gado das estâncias missionárias, cuja exploração entra numa nova etapa (Furlong, 1962). Nesse período, a população missionária começa a variar e conduz ao fim das Reduções Jesuíticas.

Cresciam, na Europa, as pressões contra os padres jesuítas, os quais eram acusados de liderar os índios na Guerra Guaranítica. Através de manobras políticas, os padres terminaram por ser expulsos dos territórios conquistados por espanhóis e portugueses, inclusivé dos respectivos territórios europeus. A expulsão dos jesuítas em 1768 selou, definitivamente, o fim dos Sete Povos das Missões. Nesse ano, a população de São Miguel era de 3525 índios Guaranis (Figura 7), cujo número foi diminuindo com o novo modelo de Administração Civil imposta tanto por espanhóis, quanto por portugueses.

As disputas entre espanhóis e portugueses refletiram-se na população das reduções. Como em todas as Reduções Jesuíticas, a população de São Miguel variou consideravelmente, pois foi afetada por doenças e pelas guerras travadas para manutenção do seu território, além da mudança obrigatória imposta pelo Tratado de Limite, que pulverizou toda a população de São Miguel e dos Sete Povos. A figura 7 mostra a variação populacional de São Miguel e o seu auge registou-se no ano de 1752, quando se enviou as comissões de demarcação para cumprimento do Tratado de Limites. A partir desta data, o declínio da população indica também o término do empreendimento dos jesuítas.

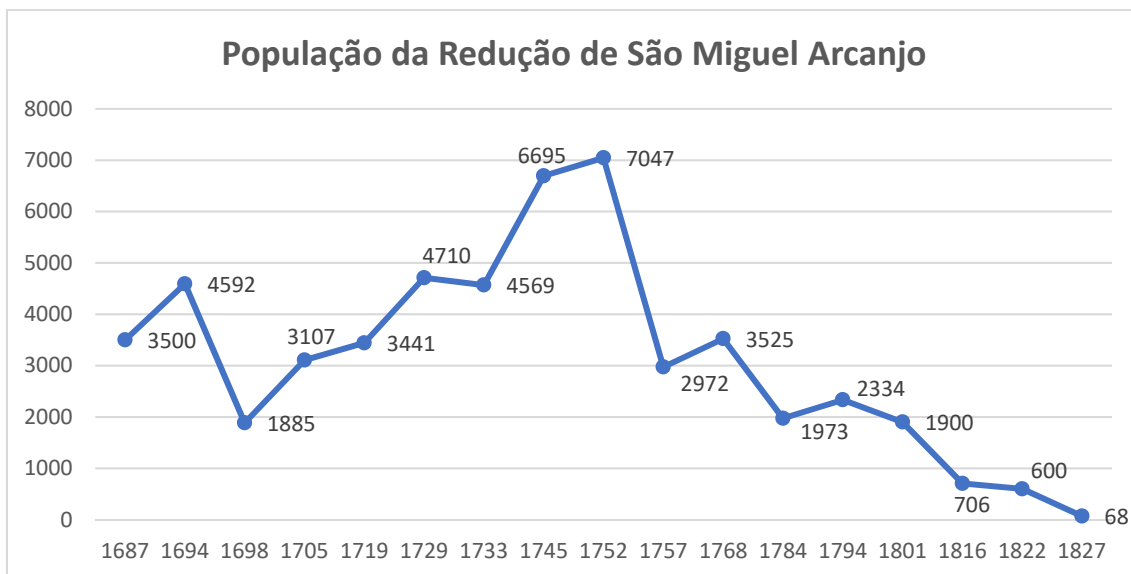


Figura 7: Variação da população de São Miguel desde a sua instalação em 1687.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Furlong (1962).

Os Sete Povos das Missões além de serem um obstáculo ao avanço lusitano, a sua população era extremamente antilusitana, já que os portugueses desde o início das Reduções Jesuíticas perseguiram, escravizaram, saquearam as terras missionárias com os ataques dos Bandeirantes (Furlong, 1962). Este foi outro factor para o insucesso da administração civil, quando as reduções passaram definitivamente para as mãos portuguesas.

Embora reduzidas as populações, as Reduções subsistiram entre 1768 e 1818. Durante esses cinquenta anos os índios continuaram a manter as tradições sociais, culturais e religiosas. Em 1818, ocorre definitivamente a ruína dos povos missionários, que decorreu da passividade dos novos Curas, da sagacidade dos administradores, os quais queriam enriquecer rapidamente à custa dos índios, da hábil propaganda dos portugueses, da conduta escandalosa de muitos espanhóis que passavam pelos povoados e se mantinham neles e, sobretudo, ao governo duplo. Restava apenas cerca de um terço da população de 1768, tendo São Miguel cerca de 600 índios (Figura 7).

Segundo Naud (1964) a partir do aniquilamento das Reduções, com a expulsão dos jesuítas e extinção da Companhia de Jesus, vários índios migraram das suas povoações e os administradores leigos que substituíram os padres foram incapazes de continuarem a obra das Reduções Jesuíticas. Confirma Furlong ao dizer:

“Con administradores que se aprovechaban abundantemente de los bienes de los indios, para fines ilegítimos, y con Curas que no conocían el idioma guaraní y menos aún la psicología de los indios, estos no regresaron a las selvas, ni uno solo hizo tal cosa, pero fueron emigrando a las ciudades españolas, sobre todo Corrientes, Santa Fé y Buenos Aires, donde no pocos fueron destacados artífices. La decadência de los pueblos en manos tan poco empeñosas, como eran las de quienes habían recen plazado a los Jesuítas. Fue constante entre 1768 y 1818 [...]” (Furlong, 1962:175).

O abandono foi quase total da região dos Sete Povos das Missões. Quando chegaram os primeiros imigrantes europeus, a partir de 1824, os índios guaranis eram apenas algumas dezenas. Os “novos conquistadores” aceleraram a devastação sofrida desde o século XVII, com a retirada de material para novas construções. Da grande experiência vivida pelos guaranis e jesuítas restaram apenas ruínas, que são os testemunhos dos factos que contam a história da atual Região das Missões e principalmente de São Miguel das Missões, onde se encontram as ruínas da Redução de São Miguel. Inicia-se um novo ciclo de ocupação do território das missões.

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

Uma questão relevante a considerar no processo de formação de São Miguel das Missões, é que ela ficou vinculada à cidade de Santo Ângelo, originada da Redução de Santo Ângelo, e permaneceu com o *status* de vila por muitos anos. Foi um pequeno povoado rural do grande centro urbano que se formara em Santo Ângelo. São Miguel das Missões surge com uma vocação iminentemente agropastoril, que vem desde as Reduções até as práticas dos colonos do século XIX e XX e permanece até hoje como matriz econômica local. Outro facto a considerar é que a Redução de São Miguel ficou esquecida por muito tempo, período em que foi ainda mais destruída e saqueada, devido à nova vinculação político-administrativa a que se submeteu o aglomerado urbano de São Miguel das Missões.

Após a ruptura do sistema reducional, tem início uma nova forma de ocupação dos espaços. Os índios, praticamente inexistentes, ou foram despojados dos seus bens pelos novos imigrantes ou pelo Estado, ou direcionados para novas áreas, menos férteis e afastadas do centro urbano, instalados em novos aldeamentos e sózinhos na condução das suas vidas. A Redução de São Miguel foi a célula que deu origem (Naud, 1964) à vila de São Miguel das Missões.

A Redução de São Miguel serviu como plano piloto para a implementação do novo centro urbano que se formou (Mumford, 2012) e manteve as mesmas características econômicas anteriores, ou seja, a economia baseada na agricultura e pecuária. A cultura missionária, neste período, ficou esquecida por quase cem anos, pois os portugueses pretendiam consolidar a posse do território após a passagem definitiva dos Sete Povos das Missões pelos espanhóis, os quais ficaram com a Colônia de Sacramento, acordo selado pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

Dois ciclos de imigração ocorreram na região, o primeiro foi no início do século XIX e o outro no início do século XX. O primeiro ciclo teve a característica de consolidação e manutenção do território até então ocupado por espanhóis e índios guaranis, enquanto que o segundo, procurava o desenvolvimento da região missionária. Em ambos a base econômica focava-se na agricultura e pecuária.

A Redução de São Miguel exerceu grande influência sobre a vida dos novos colonos europeus, tendo dado origem ao núcleo populacional (Naud, 1964) que seria a base para a futura cidade de São Miguel das Missões. As modificações sociais foram profundas, já que as relações de produção mudaram, como mudou o processo de produção do espaço tanto rural, quanto urbano. Deixou-se a cooperação, um dos esteios das Reduções, e partiu-se para a exploração, para o lucro. Mumford explica bem a transformação das cidades e diz:

“O primeiro era o caminho da cooperação voluntária, da mútua acomodação, da comunicação e do entendimento mais amplo: seu resultado seria uma associação orgânica, de uma natureza mais complexa, num plano mais elevado que o oferecido pela comunidade de aldeia e suas terras próximas. O outro era a dominação predatória, conduzindo à impiedosa exploração e, com o tempo, a debilitação parasitária, sendo que o modo de expansão, com sua violência, seus conflitos, suas inquietações, transformava a própria cidade num instrumento destinado, como apropriadamente observa Childe, à “extração e concentração de excedente”” (Mumford, 2012:103).

É assim introduzido na região o novo sistema econômico, o Capitalismo, cuja base primordial é a maximização do lucro e a precarização do trabalho. Os índios foram os mais prejudicados nesse novo processo de ocupação do espaço e nas novas relações de produção, pois desde tempos remotos sempre foram prejudicados nos seus direitos em prol dos “novos conquistadores” sob a confirmação do Estado, cuja ação produziu um certo grau de segregação social e espacial (Rolnik, 1995).

A cidade de São Miguel das Missões surgiu como uma consequência da comunidade da Redução de São Miguel, pois foi gerada da união entre a cultura guarani e uma cultura europeia dominante. Como resultado dessa união apareceu uma ampla miscigenação de culturas, tradições, hábitos e costumes, a qual deu à cidade potencialidades e capacidades peculiares, e deixou a sua marca em toda a paisagem missionária. “Mais ainda, deixou sua marca nas relações humanas dentro da comunidade” (Mumford, 2012:35).

Então, como se percebe, segundo Mumford (2012), o aparecimento de São Miguel das Missões não foi repentino, mas foi sim o produto da continuidade de um agrupamento urbano modificado pelos moradores da

própria cidade, que eram descendentes de um antepassado comum, tanto guaranis, quanto europeus. Emerge um novo tipo de cultura urbana, oriunda da mistura do modelo missionário com o modelo europeu de colonização, conforme se refere Mumford:

“[...] Do lado positivo, havia a coabitação amistosa, a comunhão espiritual, a ampla comunicação e um complexo sistema de cooperação vocacional. Mas, do lado negativo, a cidade introduziu a segregação de classes, a falta dos sentimentos afetivos e a insensibilidade, a dissimulação, o controle autoritário e a violência extrema” (Mumford, 2012:57).

Esta nova cultura que surgiu, impôs novos sacrifícios aos índios, já despojados dos seus direitos e terras e segregados à margem do novo núcleo urbano que se formava. Antes, a cooperação voluntária, a mútua acomodação, a comunicação e o entendimento eram resultados de uma simbiose entre guaranis e jesuítas, isto é, uma associação íntima e quase perfeita entre ambas as partes. Já na nova estrutura urbana que se formava, o domínio predatório, conduziu à extração, exploração e acumulação de capital.

Releva-se que os objetivos dos portugueses para a produção do território e para a sua urbanização foram diferentes dos espanhóis. Os portugueses sempre focaram a sua economia na produção agrícola, que era orientada sempre para a exportação. Procuraram assim as planícies e os terraços litorais para a implantação dos primeiros núcleos urbanos. Talvez, por isso, se justifica o abandono da redução e do seu núcleo urbano por um longo período, já que se situavam na cota mais elevada do município de São Miguel das Missões. Paralelamente, este novo modo produtivo influenciou a formação dos grandes latifúndios na região.

Mesmo assim, a nova tipologia urbana que surgia ao redor da Redução, manteve as características do plano urbano da Redução de São Miguel. A ter a igreja de São Miguel como referência, a sua escala representativa e o respectivo plano urbano da Redução, verifica-se na figura 8 que o traçado da cidade mantém o mesmo traçado da Redução e os quarteirões formados são um conjunto de oito casas de índios missionários. Como apresentado por Lefebvre:

“A cidade hispano-americana se construiu sobre um plano estipulado por ordenação, segundo um verdadeiro código do espaço urbano, a coleção de 1573 (“Ordenações de descoberta e de povoamento”) reuniram as instruções dadas aos fundadores de cités depois de 1513, segundo três rubricas: descobrir, povoar, pacificar. A construção da cidade prepara e determina a ocupação do território, sua reorganização sob a autoridade administrativa e política do poder urbano. As ordenações as estipulam descrevendo os sítios de fundação. Daí resulta uma hierarquização rigorosa do espaço, em torno do centro urbano, indo da “ciudad” aos “pueblos”. O plano se faz à régua e ao cordão [muito regular] a partir da Plaza Mayor. O quadriculado se estende indefinidamente, fixando a cada lote (quadrado ou retangular) sua função e inversamente assinalando a cada função um lugar mais ou menos vizinho da praça central: igreja, edifícios administrativos, pórticos, praças, ruas, instalações portuárias, entrepostos, prefeituras. Num espaço homogêneo se instaura uma segregação muito acentuada” (Lefebvre, 2006:124).

A influência da Redução de São Miguel está muito presente no processo de formação da cidade de São Miguel das Missões, não só na forma urbana, mas também na cultura, na economia, na política e nas questões sociais.

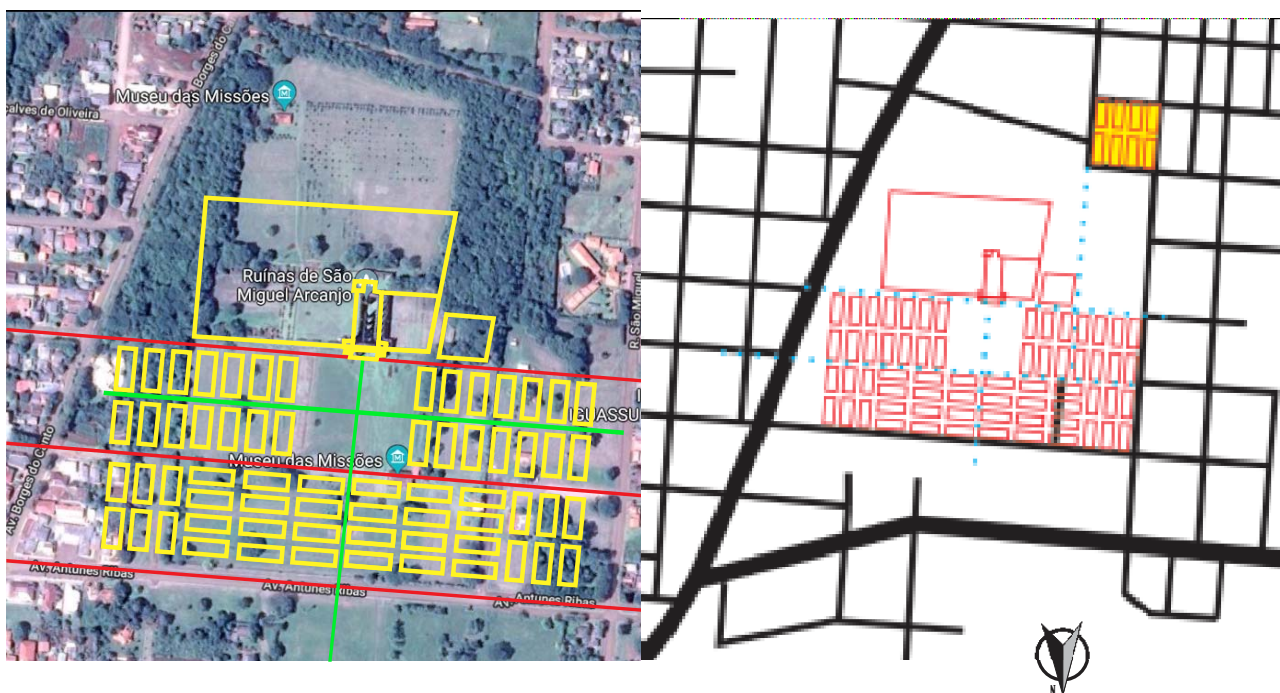


Figura 8: Influência do plano urbano da Redução na forma urbana de São Miguel das Missões.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Earth, Mapbox e Furlong (1962).

A forma em grelha retangular, segundo Lynch (2015), é muito simples, na qual uma rede de estradas divide o terreno em blocos iguais que se estendem em todas as direções, não existindo fronteiras nem pontos centrais. Entretanto, a cidade de São Miguel das Missões possui um ponto central, mantendo as características do modelo barroco, que é a Grande Praça, a “*Plaza Mayor*”, a própria área da Redução de São Miguel, a qual é atualmente delimitada e protegida. Porém antes não o era o que permitiu o desenvolvimento da cidade na envolvente do sítio histórico, como noutras cidades advindas das Reduções. Percebe-se também que esta forma foi-se adaptando às características de relevo e tipos de uso da terra.

Com o resgate dos remanescentes da Redução de São Miguel em meados da década de 1920, inicia-se um novo processo de urbanização na região, chamando a atenção para a então vila de São Miguel. Nesse período começa a limpeza e recuperação das ruínas da redução, preservando o que ainda restava, após anos de destruição. O trabalho do Arquiteto Lúcio Costa foi preponderante para este resgate, que culminou com o tombamento nacional das ruínas da Redução de São Miguel em 1938. Inicia-se a caminhada para a emancipação do município, ocorrida em 1988 e instalação em 1989.

Desde as Reduções até hoje, o espaço que se produziu foi o resultado de uma relação espacial desenvolvida a partir dos ideais urbanos do século XVII, os quais exigem ruas largas e retas, com o fim de permitir uma melhor comunicação entre os diversos segmentos do povoado e das suas edificações, como nas Reduções, o que fez com que o novo aglomerado urbano surgisse como uma síntese cultural das influências indígenas, jesuíticas, europeias e modernas (Lefebvre, 2006; Kern, 2007).

A agricultura e a pecuária tornaram-se preponderantes para a consolidação do território de São Miguel das Missões. Entretanto, esta matriz económica gerou grandes distorções sociais na nova cidade. A partir da produção do espaço territorial, a produção do espaço social é consequência do poder político focado no económico, que é gerado “a partir de uma forma racionalizada, teorizada, que serve de instrumento e que permite violentar um espaço existente” (Lefebvre, 2006:125).

Outrora, este espaço foi trabalhado pelos índios, que lutaram contra os desafios da natureza e dos seus inimigos. Instalaram os pilares de uma cidade através de um trabalho social em condições difíceis. Agora, com o crescimento das forças produtivas, estes precursores são marginalizados e segregados, não integrando mais o espaço social que formaram como sujeitos, mas sim como meros coadjuvantes e nómadas. A produção, a partir do século XIX, começa a concentrar-se nas mãos da emergente burguesia urbano-rural, cujos donos das terras residem nos centros urbanos. A própria política pública da época estimulou a

concentração de rendimentos ao longo do tempo e preteriram os índios guaranis, os verdadeiros donos da terra, desde antes das Reduções Jesuíticas.

Esta nova burguesia impõe a sua luta pelo espaço, ou seja, terras, e deseja, segundo Lefebvre:

“A burguesia [...] deseja ao mesmo tempo alimentar as pessoas das cidades, investir na agricultura, se apoiar no território inteiro, suprir o mercado de cereais, de lãs, de peles sob seu controle. Então, ela transforma o país e a paisagem sobre o plano preconcebido seguindo um modelo: os poderi, casas de colonos, que se agrupam em torno do palácio onde permanece (reside/habita), na ocasião, o proprietário, onde habita seu gerente” (Lefebvre, 2006:70).

Portanto, este novo modelo que se apresenta na formação de São Miguel das Missões estimula a acumulação crescente de riqueza, por um lado, e o aumento de pobres, por outro, além da ruptura social no futuro, pois, como afirma Harvey, a “concentração de riqueza em poucas mãos se associa à criação de uma turba de pobres” (Harvey, 2005:100). A tabela 1 mostra as consequências decorrentes da política de ocupação da terra e estímulo à concentração de rendimentos promovidos na região das Missões, principalmente São Miguel das Missões.

Tabela 1: Rendimento, Pobreza e Desigualdade - Município - São Miguel das Missões – RS.

	1991	2000	2010
Rendimento per capita (Reais/habitante)	212,35	506,72	531,71
% de extremamente pobres	34,82	17,88	8,26
% de pobres	64,35	36,52	19,70
Índice de Gini	0,62	0,71	0,54

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013; Atlas Brasil, 2017.

Embora se verifique que o rendimento per capita médio de São Miguel das Missões tenha aumentado 150,39% em duas décadas, de R\$ 212,35, em 1991, para R\$ 531,71, em 2010, permanece a elevada desigualdade de rendimento nesses períodos, que é descrita pelo Índice de Gini, que passou de 0,62, em 1991, para 0,54, em 2010 (Atlas Brasil, 2017). Mesmo com a redução da desigualdade, esta ainda persiste atualmente. Esta análise é em relação à população do município, desconsiderando a população indígena, que em 2010 eram apenas 162 pessoas.

O município de São Miguel das Missões com a sua emancipação entrou numa nova fase de transformações, na qual os seus habitantes deveriam ter um papel importante na gestão deste processo, o que não ocorreu. Foram as forças políticas que conduziram às mudanças e selaram, definitivamente, o destino dos sujeitos do passado, os índios. Como se vê na tabela 1, os índios nem fazem parte das estatísticas do município e são isolados numa reserva indígena, Aldeia Tekoa Koenju, distante cerca de 30 km do centro da cidade. O índio deixou de ser cidadão, como escreve Kern:

“As sociedades urbanas do passado nos deixaram um rico e variado legado cultural. Não se trata apenas de estruturas arquitetônicas remanescentes ou de uma rede viária urbana. As comunidades citadinas do passado nos deixaram como herança igualmente um modo-de-ser urbano, com suas características estruturas sociais e um sistema de valores morais e ideológicos. Ser um cidadão e viver em uma sociedade, no passado da história ocidental, foi ter o sentimento de pertencer a uma comunidade e de se sentir, de uma certa maneira, associado aos assuntos políticos. Ser cidadão sempre foi, também, estar envolvido com tudo o que é feito ou dito no âmbito da cidade e poder afirmar a sua participação e a sua responsabilidade” (Kern, 2007:23)

A questão da segregação espacial está muito presente em São Miguel das Missões, “é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores” (Rolnik, 1995:41), principalmente em relação aos índios que ali vivem. A partir da emancipação do município, a ação do Estado torna-se mais presente, seja em âmbito municipal seja estadual ou federal, e ganha sob este aspecto um cunho político, que gerou conflitos locais, isto é, uma disputa pelo espaço urbano, que produz ainda mais segregação.

Entretanto, procurou-se diminuir a segregação indígena a partir do reconhecimento pela UNESCO da Redução de São Miguel como patrimônio cultural da humanidade, em 1983, e pelo aumento de ações para a preservação e conservação do sítio histórico de São Miguel, incluindo-os neste processo, que culminou, em 2014, com o tombamento do patrimônio imaterial “Tava”, que tem grande significado cultural para os guaranis, pois é o lugar de referência, onde viveram os seus antepassados. O reconhecimento da “Tava” como patrimônio cultural, permite preservar a memória coletiva guarani, através da conservação das Ruínas da Redução de São Miguel (IPHAN, 2018).

São Miguel das Missões é um município ainda jovem, 29 anos de idade, e tem muito a fazer no desenvolvimento da cidade e de seu território, sem deixar de considerar a significativa memória cultural que possui e de construir políticas públicas mais efetivas para a inclusão dos índios que ali vivem, cujos ancestrais deixaram parte dos alicerces da cultura gaúcha e do próprio município. A cultura guarani ainda vive nas lendas, na linguagem, no uso de ervas medicinais, nas cuias para erva-mate e na agricultura, na pecuária, na erva-mate que tiveram grande importância econômica para a Região das Missões e para o Estado do Rio Grande do Sul.

4 CONCLUSÃO

Constata-se, com este trabalho, que os índios Guaranis não são mais considerados sujeitos no cotidiano de São Miguel das Missões, diferentemente dos tempos das Reduções Jesuíticas. Vencidos, estão reduzidos a pequenos grupos familiares, errantes, desgarrados das suas terras, usurpadas pelo Estado e cedidas a outros, aos “novos colonos” europeus. Os índios em São Miguel das Missões foram marginalizados e segregados, colocados a quilômetros do centro da cidade.

A segregação indígena no espaço é nitidamente percebida. Os índios foram deslocados para bem longe da cidade e os que se encontram nela, são empregados pelos miguelenses para serviços domésticos, facto observado *in loco*. Além disso, a grande maioria é reduzida ao próprio sítio histórico, o qual possui uma casa de passagem para os índios que chegam à cidade ou permanecem no centro para a venda do seu artesanato aos turistas que visitam as ruínas da Redução de São Miguel.

Embora a preservação e conservação dos remanescentes da Redução de São Miguel, cuja arquitetura é imponente, promova a fixação da memória coletiva e cultural dos guaranis, pela referência imaterial da Tava, o Governo local tem que procurar desenvolver e implementar formas de incluir os índios não só na gestão do patrimônio cultural, mas também no dia a dia da cidade.

Outro aspecto a considerar é a verificação de concentração de rendimento nas mãos de grandes produtores rurais, pois a matriz econômica de São Miguel das Missões é a agricultura e a pecuária, que representa 60% aproximadamente do PIB Municipal (IBGE, 2017), a qual necessita de grandes extensões de terras para produção, as quais estão nas mãos de poucos, os latifundiários.

A consequência que se percebe e está presente em São Miguel das Missões, com a concentração de rendimento, é um alto índice de desigualdade econômica, advinda da falta ou pouca distribuição de rendimentos, e do baixo desenvolvimento social. É um paradoxo verificar que a PIB per capita da população é de R\$ 49.139,41 em 2015 (12.810,80 euros, à taxa de conversão em 16/02/2018) e a sua renda média per capita é de R\$ 531,71 em 2010 (132,13 euros, em 16/02/2018), o que evidencia a concentração de rendimento e um distanciamento da sua distribuição equitativa e proporcional pelos seus habitantes.

Em relação à tipologia urbana, há fortes indícios de que a forma da cidade de São Miguel das Missões sofreu influências do Plano Urbano da Redução de São Miguel, porque a forma em grelha mantém-se a partir dos

remanescentes do sítio histórico, onde até ao início do séc. XIX ainda havia moradores, colonos e guaranis, os quais mantiveram o povoado até ao seu fim. Os índios, ausentes por longo período da região de São Miguel, retornaram na década de 1990, onde foram instalados fora do centro da cidade pelo Poder Público. Que adquiriu uma área de 237 hectares, 30 km do centro da cidade, e a cedeu aos índios.

Outro destaque, é que o sistema produtivo da Redução de São Miguel influenciou o sistema económico atual da cidade, onde a base económica é a agropecuária. Conclui-se assim, que a produção do espaço urbano na Redução Jesuítico-Guarani de São Miguel teve grandes reflexos no processo de urbanização do município de São Miguel das Missões.

BIBLIOGRAFIA

ARMANI, Alberto. Ciudad de Dios y Ciudad del Sol. México: Fondo de Cultura Económica. 1996.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato (2002). A Redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

_____ (2010). Ordenamientos urbanos y arquitectónicos en el sistema reduccional jesuítico guaraní de la paracuaria: entre su normativa y su realización. Tesis (Doctorado en Historia del Arte y Gestión Cultural en el Mundo Hispánico). Universidad de Sevilla.

_____ (s/d). Missões jesuíticas: arquitetura e urbanismo. Memorial do Rio Grande do Sul. Caderno de História nº 21. Porto Alegre.

FURLONG, Guillermo (1962). Misiones y sus pueblos de guaranies. Buenos Aires: Imprenta Balmes.

HARVEY, David (2005). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume.

KERN, Arno Alvarez (2007). Do pré-urbano ao urbano: a cidade missioneira colonial e seu território. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo.

LEFEBVRE, Henri (2006). A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LYNCH, Kevin (2015). A boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70.

LUGON, Clovis (1977). A república “comunista” dos guaranis. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª ed.

MUMFORD, Lewis (1998). A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes.

NAUD, Leda Maria Cardoso (1964). Considerações sobre a organização e formação políticas das colônias hispano-americanas e das reduções sacerdotais do sul. In: Revista de Informação Legislativa. Senado Federal. Jun, ano I, n. 2. Distrito Federal.

NETO, Miranda (2012). A utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico. Brasília: FUNAG.

RAMOS, Antônio Dari (2006). A formação histórica dos municípios da Região das Missões do Brasil. IAPH/IPHAN/URI. Santo Ângelo.

ROLNIK, Raquel (1995). O que é cidade. São Paulo: Brasiliense.

<Fontes eletrônicas>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/> (Consulta: 09/02/2018).

<https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html> (Consulta: 11/02/2018).

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-miguel-das-missoes/panorama> (Consulta: 20/01/2018).

<http://visitbrasil.com/pt/atracoes/aldeia-indigena-tekoa-koenju.html> (Consulta: 15/02/2018).

http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-miguel-das-missoes_rs (Consulta: 20/05/2017).